

Igualdade-diferença? Ou a busca de outro sentido de universal?¹

Núbia Regina Moreira

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

Resumo: Este trabalho pretende apresentar os paradoxos acerca da discussão igualdade-diferença. No primeiro momento mostrar-se-á de que forma essa questão tem sido retratada por alguns autores da teoria social e feminista e, no segundo momento, será exposto o resultado de pesquisa em que compareceu a abordagem igualdade-diferença no interior do feminismo brasileiro

Palavras chaves: igualdade, diferença, feminismo.

I

Apesar da pretensão do título desta comunicação, me sinto impossibilitada de realizar tal incursão em tão poucas páginas e teoricamente limitada, pois tal discussão ao nosso ver possui múltiplas facetas que são pertinentes à teoria social. No entanto, sabemos que a discussão da diferença se atrela as correntes desconstrutivistas e pós-modernas que reverberam no sentido material nos fundamentos basilares dos movimentos sociais de cunho identitário. Neste caminho, a questão da diferença-igualdade também se correlaciona com a construção ou a idéia de identidade. Segundo Kathryn Woodward (2000), os sistemas classificatórios por meio dos quais o significado é produzido dependem de sistemas sociais e simbólicos. As percepções e a compreensão da mais material das necessidades são construídas por meio de sistemas simbólicos nos quais distinguem o sagrado do profano, o limpo do sujo e o cru do cozido. Os sistemas classificatórios são, assim, construídos, sempre, em torno da diferença e das formas pelas quais as diferenças são marcadas. Nesse sentido a diferença é marcada por representações simbólicas binárias que produzem posições sociais desiguais enfatizadas pela identidade.² Entretanto, dizer que a identidade e diferença não podem ser compreendidas fora

¹Trabalho apresentado na 26a. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil.

² WOODWARD, 2000. A autora em questão analisa a diferença como ponto central dos sistemas classificatórios por meio dos quais os significados são produzidos. Para isto se vale das análises estruturalistas de Lévi-Strauss e da antropóloga Mary Douglas ao discutir os processos de marcação da diferença e da construção do forasteiro e do outro por meio de sistemas culturais. Os sistemas sociais e simbólicos produzem estruturas classificatórias que dão certo sentido e uma certa ordem à vida social e as distinções fundamentais – entre nós e eles, entre fora e

dos sistemas de significação, não significa que elas estão “determinadas de uma vez por todas, pelos sistemas discursivos e simbólicos que lhes dão definição”.(SILVA, 2000, p. 78). Isso porque até a linguagem enquanto entendida como sistema de significação é ela mesma instável.

Essa indeterminação fatal da linguagem decorre de uma característica fundamental do signo. O signo é um sinal, uma marca, um taco que está no lugar de outra coisa, a qual pode ser um objeto concreto (o objeto ‘gato’) ou um conceito abstrato (“amor”).O signo não coincide com a coisa ou o conceito. Na linguagem filosófica de Derrida, poderíamos dizer que o signo não é uma presença, ou seja, a coisa ou o conceito não estão presentes no signo.”(SILVA, 2000, 79)

Sendo a diferença e identidade resultados de processos simbólicos discursivos, segundo Silva (2000) o processo de adiamento e diferenciação lingüísticos por meio do qual elas são produzidas está longe de ser simétrico. Estão, portanto sujeita a relações de poder, pois também são disputadas e hierarquizadas.É no processo de diferenciação que a identidade e diferença são produzidas, local onde estão presentes as relações de poder operando com a lógica de incluir e excluir. “Dizer quem somos significa também dizer o que não somos.” O nós e o eles, não são simplesmente pronomes gramaticais, mas marcadores evidentes de posições-de-sujeito fortemente marcadas por relações de poder. (SILVA, 2000).

A lógica das oposições binárias como masculino/feminino, branco/negro, heterossexual/ homossexual ordenam as relações de identidade e diferença. Fixar qualquer tipo de identidade como norma é hierarquizar identidades e diferenças. “A força da identidade normal é tal que ela nem sequer é vista como uma identidade, mas simplesmente como a identidade. A força homogeneizadora da identidade normal é diretamente proporcional à sua invisibilidade”.(SILVA, 2000, p. 83). Mas para que esse processo se estabeleça, é preciso que essa identidade hegemônica, natural esteja em contato com o Outro, isto é, mediante a presença do Outro que o Eu ativa a sua identidade.

Appiah (1994) considera que o aprisionamento na identidade étnica, sexual impossibilita ao Eu a sua autonomia. Reconhece que em situações históricas de insultos e ataques a dignidade, as identidades coletivas garantem em certa medida o reconhecimento da existência das identidades individuais, impondo o respeito e positividade aquelas identidades coletivas, que agora são capturadas como positivas e centrais para dignidade dos indivíduos.

O problema está no momento em que as identidades coletivas “inventam” um padrão comportamental de como ser mulher, negro, homossexual, pois “as identidades coletivas fornecem o que podemos chamar manuscritos: narrativas que as pessoas podem usar ao

o dentro, entre o sagrado e o profano, entre o masculino e o feminino – que estão no centro dos sistemas de significação da cultura.

moldar os seus planos de vida e ao contar as histórias das suas vidas”.(APPIAH, 1994, p. 175-176). Esses manuscritos funcionariam como dispositivos normativos na construção das identidades coletivas, contudo eles não teriam tanta validade ao longo prazo, já que exigir respeito para pessoas negras e homossexuais pressupõe manuscritos que concordem e aceitem as exigências de ser negro ou homossexual.

Neste ponto, em concordância com Appiah (1994) a autonomia pessoal se torna secundária ou é subsumida nas identidades coletivas que nem sequer garantem ao longo prazo (do meu ponto de vista) o reconhecimento da autonomia do Eu.

“A nossa identidade universal enquanto seres humanos é a nossa identidade inicial e é mais fundamental do que a nossa identidade particular, quer seja uma questão de cidadania, sexo, raça ou origem étnica.”(ROCKFELLER, 1994, p. 106).

Penso que as feministas inglesas e norte-americanas enfrentaram e vivenciaram a problemática da igualdade-diferença a ponto de indicar caminhos teórico-analítico, mas que infelizmente não foram ainda eficientes para desmitificar o paradoxo que reside na questão da igualdade-diferença. Penso também que o esgotamento desta discussão no interior do feminismo abriu sendas para refletirmos sobre a autonomia do Eu e de ir a busca daquilo que nos faz uno, universal enquanto seres humanos.

II

Segundo Caldwell (2000), é nos anos 80 em diante que a primazia das categorias “mulher”, “masculino e feminino”, são questionadas por intelectuais e ativistas dos movimentos das mulheres negras, homossexuais, enquanto categorias duais e universais, visto que a utilização delas implicava em atenção às articulações entre as configurações histórico-sociais e as experiências das mulheres situadas nesses contextos.

Mesmo com a introdução da categoria analítica gênero, nas formulações das teóricas feministas, que se apresentara como uma ferramenta conceitual para “superar problemas relacionados à utilização de algumas das categorias centrais nos estudos sobre mulheres” (PISCITELLI, 2002, p. 16), não foi impedimento para a operacionalização daquela categoria de forma dual e distintiva como natureza/cultura revestida no par sexo/gênero³.

³ PISCITELLI, A. Re-criando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, L. M. (orgs). A prática feminista e o conceito de gênero. Textos Didáticos. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/ UNICAMP, n. 48, novembro, 2002. Piscitelli, citando as contribuições da bióloga e historiadora Donna Haraway, apresenta o argumento de Haraway: “a insistência no caráter de construção social do gênero, o sexo e a natureza não foram historicizados e, com isso, ficaram intactas idéias perigosas relacionadas com identidades essenciais tais com “mulheres” ou “homens”. Desta maneira, assumindo a distinção sexo/gênero, o poder de desconstruir como os corpos, sexualizados e racializados, aparecem como objetos de conhecimento e espaços de intervenção na biologia estaria perdido. Além, disto, Haraway considera que a categoria gênero obscurece ou subordina todas as

Nesse sentido, esse debate introduzido pelas intelectuais não brancas no seio da teoria feminista possibilitou que outras categorias como corpo, raça/cor, nacionalidade fossem tomadas com mais atenção juntamente com gênero. “O movimento para desessencializar a questão de gênero e as identidades de mulheres resultou também num debate sobre o papel da ‘diferença’ na teoria feminista, tanto nos Estados Unidos quanto na Inglaterra, no começo dos anos 90” (CALDWELL, 2000, p. 93).

É no solo norte-americano que black feminism e as intelectuais negras começaram a produzir formulações teóricas de um ponto de vista alternativo, tendo como preocupação os estudos das diferenças de raça, de região, etnia, nacionalidade e orientação sexual etc.

As teorias denominadas de Standpoint Theory contribuíram para articulação raça e gênero, pois criaram possibilidades para desestabilizar a noção do sujeito universal “mulher”, ressaltando as várias identidades construídas pelas mulheres negras em diferentes contextos históricos.

Segundo Collins (1989, p. 47-48),

[...] Primeiro, a posição política e econômica das Mulheres Negras lhes fornece uma visão diferente da realidade material daquelas disponíveis para outros grupos. [...] Segundo, estas experiências estimulam uma percepção peculiar do feminismo negro no que se refere à sua realidade material. Em poucas palavras, um grupo subordinado não só experimenta uma realidade diferente daquela do grupo hegemônico, mas um grupo subordinado pode entender aquela realidade diferentemente da do grupo dominante.

Além de Patrícia Hill Collins, Ângela Davis e Bell Hooks são representantes dessas reformulações nos Estados Unidos, mas os estudos de raça e gênero no Brasil, segundo Côrtes (2005, p. 31), devem considerar que “no caso das mulheres negras, a luta contra a dominação não se focaliza na ruptura com o patriarcado. É preciso considerar as particularidades delineadoras de suas experiências. Mesmo antes da travessia para as Américas, as africanas tiveram trajetórias vinculadas ao domínio público”.

A tardia articulação gênero e raça pelas teóricas feministas brasileiras foi alvo de críticas por parte do segmento do movimento das mulheres negras, já que as pesquisas que davam atenção à questão das experiências racialmente marcadas foram desenvolvidas por pesquisadoras negras, mas, segundo Caldwell (2000), é inexpressiva, pois as pesquisadoras negras ainda constituem minoria

O feminismo dos anos 90, segundo uma perspectiva política, ou melhor, como um movimento social ativo, se vincula à luta pelo reconhecimento dos direitos. Para Soares

outras – raça, classe, nacionalidade – ‘outras’, que emergem das ‘políticas da diferença’. O problema reside no gênero como identidade global (e central).

(2004), o feminismo utilizará como recurso o conceito de sujeitos ativos, isto é, aqueles que definem os que são os seus direitos e lutam para o reconhecimento deles. “É a capacidade dos indivíduos de participarem na organização do Estado e da sociedade, contribuindo na elaboração de políticas públicas capazes de concretizarem direitos” (BENEVIDES apud SOARES, 2004, p. 172).

A presença das acadêmicas feministas nas universidades brasileiras consolida espaços para a formação do campo multidisciplinar dos estudos de gênero, mas marcadamente constituído segundo diferentes campos disciplinares das Ciências Humanas.

No campo acadêmico, as pesquisas nos estudos de gênero ganham relevância nos anos 90, abordando temas tais como gênero e relações de trabalho, violência, identidade, diferença, corporeidade, etc. Essa temáticas foram frutos de muitos estudos e contribuíram para formação de grupos de pesquisas reconhecidas pelas agências financiadoras de pesquisa ao longo do desenvolvimento desse campo de estudos no Brasil

As abordagens acerca da Identidade serão confrontadas com a categoria Diferença, fruto de uma aproximação teórico-conceitual com novas perspectivas que requerem um posicionamento frente à teoria tradicional do sujeito. Hita (2002) relaciona, como inovação nesse campo, as abordagens do *Embodiment* (Csordas) e as teorias do *Standpoint* (Donna Haraway)⁴.

Narrativas pós-modernas vêm sendo caracterizadas, entre outros aspectos, pelo seu lúcido questionamento às premissas da teoria tradicional do Sujeito. Como corolário desta crítica, é importante apagar demarcações nítidas entre o Eu e o Outro, o Branco e o Preto; Homem e Mulher; Corpo e Mente e várias outras dualidades. As fronteiras que delimitavam a identidade passam agora a ser diluídas e transcendidas (HITA, 2002, p. 329).

O desafio que ora se apresenta ao feminismo não é necessariamente pela disputa de espaço no âmbito acadêmico, mas a conciliação entre a produção teórica e a sua recepção pela militância. A preservação das questões que dizem respeito a cada uma das instâncias citadas não deve ser impedimento às negociações e alianças entre os dois segmentos, já que as demandas cotidianas solicitam revisões teóricas e novos posicionamentos políticos.

III

Tem sido recorrente no interior dos movimentos sociais de roupagem identitárias advogarem para si um discurso da diferença em contraposição à igualdade.

⁴ HITA, M. G. Igualdade, identidade e diferença(s): Feminismo na reinvenção de sujeitos. In: ALMEIDA, H. B. de; COSTA, R. G; RAMÍREZ, M. C. ; SOUZA, E. R. de. (orgs.). Gênero em Matizes. Bragança Paulista, SP: USF, 2002.

A diferença tem sido negociada para demarcar espaços de representação no campo político como também uma moeda discursiva que se esvai logo que o alvo da diferença seja atendida. O binômio dicotômico, igualdade-diferença talvez seja evocado de uma maneira equivocada, já que parece ser um caminho mais coerente pensar como marcadores de gênero, raça e classe se imbricam na configuração das desigualdades na sociedade brasileira.

Para tanto o binômio igualdade-diferença tem sido apropriado por grupos que requerem para si políticas públicas onde os marcadores de gênero e raça se sobressaem mais fortemente. Hita (2002) nos ajuda a pensar no percurso desses binômios por dentro do movimento feminista. Ao Analisar a trajetória das políticas de identidade presenciadas no feminismo nos anos 60 e 70, a autora afirma que binômio igualdade-versus-diferença era um contraponto para o binômio cultura-versus-natureza.

A ressalva que se deve fazê-lo quanto ao artigo de Hita (2002) é que os binômios foram apropriados para pensar uma relação de igualdade-diferença entre homens e mulheres, logo os atributos biológicos eram referenciados para se afirmar ou não a igualdade e/ou a diferença:

Mesmo reconhecendo a existência inevitável de diferenças anatômicas entre homens e mulheres, essa corrente analisava que não se poderiam derivar qualidades inatas distintas entre ambos os sexos a partir dessas diferenças. As diferenças de “gênero” ou “sociais” identificados nos comportamentos de ambos os “sexos” eram entendidas como resultados de construção cultural, social e histórica e não de um determinismo biológico, portanto, passíveis de transformação. Além disso, para essa vertente, herdeira do iluminismo ocidental, igualdade significaria a substituição de relações de opressão por outras relações livres entre seres livres e “iguais”, confundindo, de certa forma, Igualdade com Identidade. Ser iguais significa em certa medida ser “idênticos” – um pressuposto de humanidade universal que apagaria as diferenças. Ser diferentes significa ser desiguais para esta perspectiva. Para a tradição iluminista a igualdade pareceria estar passando pela identidade: não se pode se Homem a não ser de uma única maneira⁵.

As feministas negras aqui estudadas se apóiam num discurso produzido pelo feminismo nos anos 70 para reivindicar sua especificidade enquanto mulheres negras. A questão aqui, diferentemente daquele discurso que reivindicava igualdade de direitos para mulheres em geral, se apóia na busca de direitos baseado na diferença da cor/raça.

Por esse caminho ao se apregoar a diferença as feministas negras caíram no perigo de essencializar a identidade feminina negra a partir dos atributos raciais e que eram afirmativos da singularidade perante as mulheres brancas.

⁵ HITA, M. G. Igualdade, identidade e diferença(s): Feminismo na reinvenção de sujeitos. In: ALMEIDA, H. B. de; COSTA, R. G; RAMÍREZ, M. C. ; SOUZA, E. R. de. (orgs.). Gênero em Matizes. Bragança Paulista, SP: USF, 200, p. 325-326. Todas as aspas são da autora.

Para essa corrente “diferença” na é necessariamente sinônimo de desigualdade e não é negando-a que será possível avançar no problema da erradicação da opressão feminina; ao contrário, é necessário afirmá-la, de modo que possam ser criados valores positivos em torno dela a partir de uma repolitização dos aspectos negados pela outra corrente.⁶

Esse é o caminho das referidas políticas afirmativas que no feminismo negro brasileiro foi instrumento para a formação de ONG de mulheres negras que subsidiam a formulação de políticas sociais voltadas para esse setor.

A singularidade da questão racial presente neste trabalho, interessa para a entender, ou melhor, elucidar como funcionariam os paradoxos apontados por Scott (2005) no debate sobre igualdade e diferença e direitos individuais e identidade de grupos no qual estão intimamente imbricados com as políticas de ações afirmativas segundo a mesma.⁷

O artigo da autora acima citada não tem como intenção nenhuma conclusão, ao contrário, os paradoxos apontados são pistas interessantes para pensarmos como solucionarmos a garantia dos direitos individuais e dos grupos sociais. A autora argumenta que o princípio da igualdade foi formulado pensando no indivíduo e que a dificuldade quando se pensa em termos de identidade de grupo reside na impossibilidade de se formular uma categoria suficientemente abrangente a todos os indivíduos de um determinado grupo.⁸ Os paradoxos apresentados por Scott (2005) são estes:

1)A igualdade é um princípio absoluto e uma prática historicamente contingente; 2) identidades de grupo definem indivíduos e renegam a expressão ou percepção plena de sua individualidade; 3) reivindicação de igualdade envolvem aceitação e a rejeição da identidade de grupo atribuída pela discriminação. Ou, em outras palavras: os termos de exclusão sobre os quais essa discriminação está amparada são ao mesmo tempo negados e reproduzidos nas demandas pela inclusão.⁹

Para cada ponto acima citado a autora apresenta um argumento; para o primeiro seu argumento resgata o princípio da igualdade da Revolução Francesa que restringia a cidadania aos escravos, pobres e considerados não autônomos o suficiente para exercerem a cidadania.

Já nesse momento ressalta Scott (2005, p. 15-16): “diferenças de nascimento, de posição, de status social entre homens não eram levadas em consideração naquele momento; diferenças de riqueza, cor e gênero, sim”.

⁶ HITA, M. G. *op.cit*, p. 326.

⁷ SCOTT, J. O enigma da igualdade. In: Estudos Feministas. Florianópolis, 13 (1), janeiro-abril/2005.

⁸ SCOTT, *op.cit*, 2005.

⁹ SCOTT, *op.cit*, 2005, p. 15.

De uma perspectiva bastante inteligente Scott na análise em relação ao primeiro ponto afirma que o modelo de igualdade tem se modificado e que os atributos como raça e sexo não são motivos que evitam alguém de votar, mas que aparecem como marcadores diferenciais no acesso aos bens sociais.

Seguindo esse raciocínio, essa igualdade que não se manifestou na prática da vida material, foi solo fértil para o surgimento ou a formação de grupos que requeriam inclusão e acesso aos bens sociais.

As identidades de grupo são um aspecto inevitável da vida social e da vida política, e as duas são interconectadas porque as diferenças de grupo se tornam visíveis, salientes e problemáticas em contextos políticos específicos. É nesses momentos – quando exclusões são legitimadas por diferenças de grupo, quando hierarquias econômicas e sociais favorecem certos grupos em detrimento de outros, quando um conjunto de características biológicas ou religiosas ou étnicas ou culturais é valorizado em relação aos outros – que a tensão entre indivíduos e grupos emerge. Indivíduos para os quais as identidades de grupo eram simplesmente dimensões de uma individualidade multifacetada descobrem-se totalmente determinados por um único elemento: a identidade religiosa, étnica, racial ou de gênero.¹⁰

A diferença baseada na identidade racial foi muito ressaltada pelas feministas negras brasileiras durante o final dos anos 80 e a primeira metade dos anos 90 em detrimento da identidade de gênero. Importava a diferença racial e não a desigualdade positivada pelo marcador racial. Não se cogitava a articulação de como gênero, raça e posição social contribuíam para reforçar a desigualdade e dificultar ascensão de segmentos negros e de mulheres.

Diferenças de fato não existiam já que tanto feministas brancas e negras no contexto brasileiro tinham como principal alvo de críticas a cultura opressora e as suas estruturas simbólicas que impediam o reconhecimento das necessidades desses segmentos, que aos poucos foram se descortinando pelas pesquisas estatísticas.

Scott acrescenta que “as demandas pela igualdade necessariamente evocam e repudiam as diferenças que num primeiro momento não permitiriam a igualdade”.¹¹ Ao corroborar com o fundamento da política liberal que tem como princípio toma o indivíduo como uma abstração e sem corpo (SCOTT, 2005.) as ações afirmativas tem como pressuposto a garantia da igualdade a indivíduos que não foram enquadrados como iguais. Por esse caminho apresentado como paradoxo por Scott nos leva a compreensão de que a igualdade é uma abstração embora sua garantia seja legal.

¹⁰ SCOTT, *op.cit*, 2005, p. 18.

¹¹ SCOTT, *op.cit*, 2005, p. 20.

Na sociedade, entretanto, os indivíduos não são iguais; sua singularidade repousa em diferenças presumidas entre eles, diferenças que não são singularmente individualizadas, mas tomadas como categóricas. A identidade de grupo é o resultado dessas distinções categóricas atribuídas (de raça, gênero, de etnicidade, de religião, de sexualidade... a lista varia de acordo com o tempo e espaço e proliferou na atmosfera política da década de 1990).¹²

As abordagens sobre identidade e diferença tiveram o suporte das manifestações das ditas minorias que se posicionavam contrariamente a “hegemonia” da dita maioria branca. Ao adotar um discurso autocentrado nas suas especificidade aliadas as contribuições dos debates pós-modernos, essas minorias através de suas reivindicações colocaram em xeque o princípio da igualdade.

No interior desse terreno movediço a coerência que se tem adotado é afirmar que as certezas e o caminho para essa questão devem ser percebidas dentro de cada contexto específico, articulando-se preferencialmente as micro e macro relações. Outra característica que se observa nesse debate é que raramente se problematiza a igualdade-versus-desigualdade; a escolha tem se dado pela igualdade-versus-diferença.

Nancy Fraser (2002) propõe que a teoria de gênero seja analisada de uma maneira bidimensional, ou seja, “gênero deve comparecer como uma categoria que alcança duas dimensões do ordenamento social: a dimensão da *distribuição* e a dimensão do *reconhecimento*.”¹³

A proposta de Fraser é fundamentada na crítica nas conceituações de gênero como “identidade”, ou como essa categoria foi arrolada nas políticas de identidade assim como a raça. As políticas de identidade ou como a autora define “as lutas de gênero têm ajustado seu foco – cada vez mais, e mais recentemente – na identidade e representação, assim causando a subordinação das lutas sociais às lutas culturais, e das políticas de redistribuição às políticas de reconhecimento”.¹⁴

Ao demonstrar a desatenção das lutas feministas às lutas sociais, Fraser (2005) não sugere uma relevância das políticas de redistribuição em detrimento às políticas de gênero, ao contrário, a sua sugestão é que haja uma articulação entre essas duas frentes acima citadas: questões distributivas e lutas de reconhecimento que envolvem questões como diferença, identidade e representação.

¹² SCOTT, *op.cit.*, 2005, p. 23.

¹³ FRASER, N. Políticas feministas na era do reconhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero. In: BRUSCHINI, C. , UNBEHAUM, S. G. (orgs.). Gênero, democracia e sociedade brasileira. São Paulo: FCC : ED. 34, 2002, p. 64.

¹⁴ FRASER, N. *op. cit.* p. 62.

Quando as duas perspectivas se combinam, gênero emerge como uma categoria bidimensional, que contém tanto uma face política e econômica quanto uma face discursivo-cultural – a primeira trazendo consigo o âmbito da redistribuição e a segunda, simultaneamente, o âmbito do reconhecimento. Além disso, nenhuma dessas dimensões é meramente efeito indireto da outra. A bem da verdade, as duas dimensões – de reconhecimento e de distribuição – interagem entre si. Porém, a má distribuição de gênero não é simplesmente um subproduto da hierarquia de *status*, assim como o reconhecimento equivocado de gênero não é inteiramente um subproduto da estrutura econômica. . Ao contrário, cada dimensão tem uma relativa independência em relação à outra. Nenhuma delas, portanto, pode vir a ser completa e indiretamente remediada se usarmos receitas prescritivas exclusivamente para outra.¹⁵

Assim como gênero, raça também pode se pensado como uma categoria bidimensional que se apresenta na sociedade brasileira como um marcador de classe e status. Ao refletir sobre a proposta de Fraser acerca de uma justiça de gênero onde essa categoria teria duas dimensões que se relacionaria imbricadas, Pinto (2005) inicia sua argumentação preocupada com o chamado dilema brasileiro, isto é, “encontro de um regime democrático liberal com os altos níveis de desigualdade social”.¹⁶

Pinto prossegue no seu artigo apresentando elementos que caracterizam o Brasil como uma sociedade democrática, mas que se mostra ineficiente frente ao quadro da desigualdade social. A pobreza segundo Pinto (2005) deve ser olhada com mais atenção quando o foco é a nossa sociedade, pois atinge preferencialmente mulheres e negros.

Crítica do modelo de desenvolvimento econômico adotado no país aposta no aprofundamento da democracia onde seja possível uma ampliação das formas de participação principalmente dos setores mais excluídos.

O arranjo da democracia liberal não é capaz de dar conta da complexidade da sociedade contemporânea; a representação nos corpos legislativos não pode continuar a ter monopólio da participação política, a ela devem ser acrescentadas outras formas de participação que permitam a expressão de demandas de novas identidades ou de grupo historicamente excluídos; a sociedade civil é o *locus* privilegiado da expansão e da organização das novas formas de participação¹⁷.

Para pensar a desigualdade social no Brasil, Pinto se apóia em trabalhos de Fraser que tem como temas redistribuição e reconhecimento, além de enfatizar a participação e a forma de participação na esfera pública. Não podemos esquecer o olhar de Pinto se volta para o

¹⁵FRASER, N. *op. cit.* p. 65.

¹⁶ PINTO, C. R. Teoria política feminista, desigualdade social e democracia no Brasil. In: In: BRUSCHINI, C., UNBEHAUM, S. G. (orgs.). Gênero, democracia e sociedade brasileira. São Paulo: FCC: ED. 34, 2002, p. 81.

¹⁷ PINTO, C. R. Teoria política feminista, desigualdade social e democracia no Brasil. In: In: BRUSCHINI, C. , UNBEHAUM, S. G. (orgs.). Gênero, democracia e sociedade brasileira. São Paulo: FCC: ED. 34, 2002. p. 83

Brasil, e, portanto sua atenção se resume na seguinte indagação: “até que ponto é possível políticas de redistribuição no Brasil, mantendo-se o grau de não reconhecimento existente no país?”.¹⁸

Ao enfrentar essa questão que se reveste da relação distribuição, ou melhor, redistribuição-reconhecimento, podemos apontar como uma pista para vencer as políticas da identidade que foram prioridades no interior do feminismo negro brasileiro. A ressalva que deve ser feita é endossada também pela capacidade que essas políticas de identidade tiveram ao abalar “a universalidade do universal” (PINTO, 2005, p.84)¹⁹, mas que se esgotaram pela sua incapacidade de atacar as profundas desigualdades da nossa sociedade.

Em nossa pesquisa a identidade étnica/racial como um atributo positivo de diferenciação das feministas negras serviu como uma ponte que as conduziram para a própria representação política no campo feminista. Entretanto, como é apresentado nas estatísticas o segmento da população negra no Brasil ainda é atingido pelos lentíssimos ritmos de ascensão social.

É complicado pensar numa solução para essa questão que não leve em consideração a desigualdade e a falta de reconhecimento. O momento nos leva para uma junção de questões da redistribuição e do reconhecimento, no contexto da sociedade brasileira que enfrenta níveis de pobreza que afetam a dignidade da pessoa humana.

¹⁸ PINTO, *op. cit.*, p. 86.

¹⁹ Aspas da autora.